

Governo já tem estratégia para mudar projeto

As alternativas são suspender temporariamente os debates ou apresentar emendas em bloco



Ulysses: contra o recesso

Ulysses é contrário ao recesso

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, repeliu a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) no sentido de suspender os trabalhos da Constituinte, impondo-lhes um recesso, a fim de que os parlamentares possam examinar a crítica conjuntura nacional, argumentando que, pelo contrário, o trabalho dos constituintes precisa ser agilizado. "A Constituinte é solução e não um problema", disse Ulysses.

Contrariamente ao presidente do PMDB, o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, disse que a proposta do senador José Richa é uma ideia que deve ser aprofundada, ainda que advertisse que não tem opinião formada a respeito. Covas vê lógica na tese do senador paranaense, argumentando que os constituintes estão absorvidos pelo seu trabalho e não têm tempo para refletir sobre a crise, que é muito grave.

ULYSSES TEM PRESSÃO

Ulysses Guimarães disse que a Constituinte está elaborando uma nova Carta Constitucional para substituir a atualmente em vigor, a qual não contou com a participação da sociedade. Ele acha que o processo constituinte deve ser acelerado, burocrático, como propôs o ex-governador do Paraná, anten-

— Eu entendo — disse Ulysses — que a Constituinte não é problema, mas sim solução.

O senador Mário Covas lembrou que, na atual fase, o trabalho decorre lentamente no âmbito da Comissão de Sistematização, admitindo que se poderia examinar a possibilidade de um recesso para que Câmara e Senado fossem convocados para examinar a crise que afeta o País.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, condenou a sugestão do senador José Richa, que quer suspender os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para repensar o País. Ele acha que isso é possível, como também um amplo entendimento, sem que seja necessário fazer qualquer parada brusca.

Sant'Anna acredita que os prazos estabelecidos no organograma da própria Constituinte oferecem espaço para os debates em torno das questões nacionais e também dos problemas imediatos do País, razão de entender que a sugestão de José Richa não será bem recebida.

Monteiro: "Se parar, não volta"

A proposta do senador José Richa de a Constituinte entrar em recesso até passar o clima de instabilidade que o País vive é de extrema gravidade. Se suspendermos a Constituinte agora, ela nunca mais volta". A opinião é do líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, e reflete o pensamento de outros pequenos partidos. O PEB e o PSB também não concordam com a suspensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e acham que a melhor maneira de superar a crise é concluir o mais rápido possível a nova Constituição do País.

O líder do PSB no Senado, senador Jamil Haddad, considera o momento político atual grave, em razão da situação socioeconômica precária. Por isso mesmo, ele defende que é preciso "uma reflexão" para tentar encontrar um entendimento político em torno de determinados pontos comuns, apesar de divergências partidárias. "No momento em que o Executivo diz o que quer ver na Nova Constituição, é preciso que permaneçamos aqui. O recesso é indispensável, até porque o calendário da Constituinte é bastante leve nesta fase e permite que os constituintes vão a seus estados, caso seja necessário".

O deputado Augusto Carvalho vice-líder do PCB, classificou a proposta de Richa de "absurda". Na opinião dele, a Constituinte já perdeu muito tempo para discutir seu regimento interno e não pode agora entrar em recesso.

O Governo dispõe de duas alternativas para mudar o anteprojeto constitucional, elaborado pela Comissão de Sistematização, de modo a torná-lo mais "representativo do pensamento dos constituintes e da sociedade brasileira". Foi o que revelou, ontem, uma fonte do conselho político do Governo.

A primeira hipótese é negociar para que a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) seja aprovada pelos constituintes. Com isto, ficariam suspensos os debates, da Constituinte por um prazo de 15 a 30 dias e ampliado o cronograma de trabalho, o que daria mais tempo para "refazer" o texto constitucional. A segunda hipótese é apresentar, até hoje à meia-noite, blocos de emenda — cada um compreendendo 10 a 12 artigos — através das lideranças da Aliança Democrática ou aquelas afinadas com o Governo.

SUSPENSÃO

Caso a opção seja pela primeira alternativa — ou seja, suspender os trabalhos constituintes — a ideia é aproveitar o tempo para intensificar as negociações junto às principais lideranças políticas de modo a, quando chegar a fase da votação em plenário, apresentar um substitutivo — que poderá ser endossado pelo próprio relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM) — já em elaboração pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, assessorado pelos líderes políticos.

Na hipótese de o comando político do Governo optar pela segunda alternativa, bastará que o presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, de-

putado Ulysses Guimarães, usando a prerrogativa que lhe confere o Regimento Interno de "dirimir dúvidas", manifeste ponto de vista segundo o qual a Comissão de Sistematização poderá receber um substitutivo integral, ou blocos de emendas apresentados pelos constituintes até o final do prazo para recebimento de emendas: ou seja hoje à meia-noite.

O porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, disse, ontem que o Presidente José Sarney prometeu "tornar presente sua visão através das lideranças da Assembleia Nacional Constituinte". Segundo ele, o governo vai atuar junto aos deputados e senadores mais identificados com a Presidência da República, mas não pretende apresentar um documento com as suas propostas. Para isto, acrescentou o porta-voz, o Presidente tem conversado, diariamente, e a toda hora, com os líderes, sobre os pontos que considera fundamentais ao Governo. "O que se pretende, basicamente, é dar unidade ao texto da futura Constituição e eliminar os pontos conflitantes que figuram no projeto como resultado de uma metodologia de trabalho errada", explicou Frota Neto.

REAÇÕES

A ameaça de elaboração de novo projeto de Constituição pelo Palácio do Planalto provocou, ontem, no plenário da Constituinte, uma inesperada manifestação de apoio ao anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-ES). Do PDS ao PC do B, os líderes se revezaram na tribuna para contestar a iniciativa do Governo.

O primeiro a reconhecer que o relatório da Comissão de Sistematização "é de fato contraditório e até certo ponto inviável" foi o deputado petista Plínio Sampaio (SP), que ressaltou, contudo, ser isto "absolutamente normal" nessa fase da Constituinte. Ele estranhou que as críticas partam de "pessoas do ramo", constituintes, e denunciou que elas fazem parte de um plano para substituir o entendimento pelo conchavo na Assembleia Nacional.

PROJETO BREGA

Plínio Sampaio fez um apelo ao presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para que impeça "esse escárnio" contra a Assembleia Nacional, que seria a imposição de um projeto elaborado no Palácio do Planalto. "Que o presidente Ulysses Guimarães se levante para dizer um basta", acrescentou o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), em seguida Adylson Motta (RS) cobrava de Ulysses, em nome do PDS, "uma palavra firme" contra as "injunções" do governo.

Segundo o vice-líder do PDS, o anteprojeto de Bernardo Cabral representa apenas um recolhimento da matéria-prima. Também o deputado Plínio Sampaio tinha alertado para o fato de que o relatório não é um projeto acabado e as críticas agora são como as de alguém que ao passar diante de uma construção considerasse a moradia inviável por estar sem o telhado. Mas o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), furioso com o tratamento conferido ao direito da infância, não perdoou: "É um projeto brega".



Richa propõe suspender os debates na Constituinte e ampliar o cronograma de trabalho

Cabral é internado para exame

Os primeiros sinais de estafa e stress foram manifestados ontem pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), que passou toda a tarde fazendo exames cardíacos no Centro de Cardiologia do Hospital de Base de Brasília. Durante reunião da Comissão na terça-feira à noite ele sentiu-se mal e procurou o serviço médico da Câmara dos Deputados, sendo encaminhado posteriormente para uma bateria de exames no HBB. "Senti uma angústia e me dei conta de que estava muito cansado, estressado. Isso por que nos últimos dez dias só consegui dormir uma média de três horas por dia".

Já no HBB, ele foi submetido a exames de eletrocardiograma e testes de resistência (cicloergometria), que revelaram um quadro perfeitamente satisfatório de preparo físico, de acordo com o relator.

Apesar dos sintomas de estafa, nenhum medicamento foi prescrito após os exames. "Eu disse aos médicos que não tomo remédios, pois eu sinto ainda pior, e eles acharam ótimo e resolveram não recomendar qualquer droga. A única receita foi descanso e como não posso aviá-la nos próximos seis meses, me recomendarão disciplina".

Comissão restringe emendas à redação

Qualquer projeto substitutivo que chegar à Comissão de Sistematização, venha de onde vier, será sumariamente rejeitado, como prevê o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Esta decisão de cumprir rigorosamente o regimento neste aspecto, foi reafirmada ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. "O regimento é bastante claro. De agora, até a promulgação da futura Constituição, apenas uma pessoa pode elaborar projetos substitutivos e esta pessoa sou eu, o relator geral da Constituinte", esclareceu Cabral, após a reunião.

Mesmo quanto à apresentação de emendas modificativas de mérito, como pretende o líder Carlos Sant'Anna através de uma "estratégia" para driblar o regimento, não serão acatadas pela Comissão de Sistematização antes de 20 de julho, se depender do relator.

— E direito do deputado Carlos Sant'Anna como constituinte e líder do governo, apresentar emendas em bloco, como pretende fazer, mas este direito cessa a partir do momento que existe uma posição regimental muito clara, de que nesta fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização só cabem emendas de adequação e redação, sendo vetadas as emendas de mérito — avisa Bernardo Cabral.

Apesar da insatisfação manifestada por membros do Governo com o projeto constitucional, o relator Bernardo Cabral negou que tenha sido chamado pelo presidente Sarney para discutir o projeto. Nem mesmo o Saulo Ramos, que apesar de ser meu amigo, é o Consultor da República e eu sou um constituinte. Não temos nada que conversar".

ADIAMENTO

Por falta de quorum, o plenário da Comissão de Sistematização não pôde votar ontem à noite a liberação para apresentação de emendas de mérito — modificativas — nesta fase dos trabalhos na Comissão. Ulysses Guimarães e Afonso Arinos entendem que caberiam emendas de mérito para os artigos da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. Esta decisão, entretanto, depende de referendo do plenário da Sistematização, o que foi adiado para a reunião de hoje pela manhã.

Para Cabral se for liberada a apresentação de emendas modificativas de mérito, deve-se então estender este precedente para todos os capítulos do projeto constitucional: "Eu, particularmente, considero que nesta fase dos trabalhos poderão ser acatadas apenas emendas de adequação do texto, mas como relator não posso deixar de respeitar a liberdade da maioria".

Maciel confirma ação de Sarney

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), revelou ontem, a empresários paulistas, que o presidente José Sarney realmente procurará intervir na elaboração da nova Constituição, para evitar que o País se torne ingovernável. Maciel está preocupado com o anteprojeto de Constituição que, em seus 501 artigos, tem mais de 2.000 preceitos.

Os empresários, que estiveram com outros líderes partidários, mostraram-se alarmados com o caráter demagógico de algumas propostas, como a estabilidade aos 90 dias e a redução da jornada de trabalho, para 40 horas semanais prejudiciais à economia. A conversa foi relatada por Marco Maciel ao presidente José Sarney.

FORÇAS ARMADAS

Estranha Maciel que se conteste o direito de o presidente da República opinar no processo constitucional. Se esse direito é assegurado a qualquer cidadão, não se pode negá-lo ao Presidente. Por isso, como acentuou aos empresários, compreende e defende sua participação no processo.

Maciel acha que o Governo terá uma proposta, não sabendo, ainda, como será formalizada. Poderá ser por um líder, parti-

do, constituinte ou emendas separadas. O projeto do Governo adotará o presidencialismo mitigado, que é defendido por Maciel desde a formação da Aliança Democrática. Permanece o sistema presidencial, mas com o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário para que haja a equitância de poderes.

Em relação às Forças Armadas, as informações existentes são de que o projeto apoiado pelo governo manterá os princípios da atual Constituição. No Congresso garante-se, também, que não há a menor possibilidade do Governo concordar com a reintegração desejada pelos anistiados.

político no sentido global para a transição. Mário Amato considerava prioritário o pacto social.

Os empresários estão temerosos com a situação econômica. Não concordam integralmente com o Plano Bresser, mas reconhecem que havia necessidade de uma tomada de posição por que todos estavam perplexos. As críticas maiores foram contra o excesso de regulamentação que dificulta a atuação da empresa privada.

Marco Maciel, que esteve ontem na manhã com o senador Jamil Haddad (RJ), presidente do PSB, considera que existe uma busca dos políticos e da sociedade de uma Constituição mais equilibrada, sem excessos, que represente os anseios nacionais. As suas conversas com presidentes de partidos e líderes políticos têm sido com este objetivo.

Entre os empresários que acompanharam com Marco Maciel estavam: Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira; Abram Szajam, presidente da Federação de Comércio de São Paulo; Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo; Mário Amato, presidente da Fiesp; e Romeu Trussardi Filho, presidente da Associação Comercial de São Paulo.

UNIÃO

Na conversa entre Marco Maciel e os empresários houve concordância sobre a necessidade de contenção de excessos na área social, com o que também estaria de acordo o Governo. As restrições à estabilidade e à redução do horário semanal de trabalho, criticada pelos ministros militares, também não tem o apoio oficial e dos empresários.

No encontro Marco Maciel verificou, com satisfação, que o presidente da Fiesp, Mário Amato, reconheceu que é necessário, antes de tudo, um pacto

Sant'Anna prepara acordo

O líder do Governo na Câmara deputado Carlos Sant'Anna, confirmou ontem que trocou muitas ideias com o Palácio do Planalto antes de desfechar o trabalho de elaboração das emendas ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Mas agora, disse, está na fase de redação para aceitar o texto por todos os lados, através de blocos de emendas cujo conteúdo será usado também em emendas isoladas, a fim de facilitar a negociação.

Sant'Anna negou a existência de um substitutivo do Palácio do Planalto, como fez também o deputado Prisco Viana, apontado como redator desse texto. Ele assinalou que o presidente da República não tem interferência direta na Constituinte mas espera que algumas iniciativas sejam tomadas de forma a viabilizar uma Carta em moldes modernos e para atender os

avanços do País. E disse que informa Sarney dos acontecimentos com frequência.

Embora negue consultas ao Palácio do Planalto, Sant'Anna poderá se valer de um expediente usado na fase das subcomissões, quando um texto com a chancela do consultor-geral da República, Saulo Ramos, tratando de neoparlamentarismo, foi assumido pelo deputado Borges da Silveira. Foi com ele que se viabilizou depois, a questão dos poderes do presidente da República nesse regime, reservando-lhe chefia do Estado, do Governo e o comando em chefe das Forças Armadas.

Todavia, uma emenda aprovada na comissão temática obrigará a liderança do Governo a produzir um bloco de novas emendas capazes de evitar o que o líder chama de pulverização do poder.



Carlos Sant'Anna

Emendas para todos os gostos

Embora o Regimento Interno da Constituinte permita apenas, nesta primeira fase, a apresentação de emendas de redação e de compatibilização, a maior parte das propostas de alteração encaminhadas até agora ao anteprojeto constitucional atingem mesmo o mérito do texto. As 21 horas de ontem, penúltimo dia para sugestão de emendas, a secretaria da Comissão de Sistematização já havia etiquetado 915 propostas. O prazo encerra-se às 24 horas de hoje.

Há emendas para todos os gostos. De teor político, econômico, social e até sexual. Nas justificativas, encontram-se desde veementes apelos em defesa da realização de eleições diretas no próximo ano até citações da Bíblia, utilizada contra o dispositivo que protege os homossexuais de discriminações.

O campeão absoluto de emendas é o deputado pernambucano Nilson Gibson (PMDB) com 88, até a noite de ontem. A seguir, vem o também pernambucano Inocêncio Oliveira, do PFL, com 63. O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA) também corre na frente, disputando o terceiro lugar com o senador Jamil Haddad (PSB/RJ), ambos com 42 emendas apresentadas.

Contra todas as expectativas do Governo, que esperava a ressurreição do assunto apenas no plenário da Constituinte, vários parlamentares aproveitaram a fase de emendas na Sistematização para retomar a proposta das diretas em 88. Os senadores Itamar Franco e Jamil Haddad, só para citar dois exemplos, propõem a fixação do mandato de Sarney em quatro anos.

E também o senador Itamar Franco uma espécie de emenda preventiva, onde ele sugere a inclusão, entre as disposições transitórias da futura Carta, de um dispositivo proibindo expressamente a prorrogação dos atuais mandatos eletivos.

Foram apresentadas várias emendas com o objetivo de fortalecer as prerrogativas parlamentares. O carioca Jorge Leite, por exemplo, quer instituir um vice-primeiro-ministro que, assim como o primeiro-ministro, seria também um parlamentar. O campeão Nilson Gibson vai mais longe: ele pretende simplesmente arquivar todos os processos criminais em curso contra os parlamentares, mesmo os que não mais estão no exercício do mandato.

Arinos se sente em "ansiedade"

O presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), confessou-se em "estado de ansiedade", devido ao fato de que sua comissão não tem condições nem autonomia para fazer um anteprojeto de Constituição. Ele entende que o anteprojeto que resultou do trabalho das comissões temáticas, e que foi apenas sistematizado pelo relator Bernardo Cabral, precisa ser radicalmente modificado.

"O regimento interno da Constituinte — disse — é bastante claro e limita as nossas atribuições. Nada temos a fazer neste instante. Não podemos propor nem acrescentar. Mas acho que as mudanças são inevitáveis e acontecerão na fase de plenário".

Afonso Arinos comentou a preocupação manifestada pelo presidente José Sarney quanto à possibilidade de o anteprojeto sistematizado pelo relator Bernardo Cabral vir a ser aprovado como está.

"Em primeiro lugar, não acredito nessa possibilidade — afirmou. A maioria nesta Constituinte é muito nítida e certamente vai trabalhar para evitar isso. Quanto à afirmação atribuída ao presidente Sarney, de que o País se tornaria ingovernável se aprovada uma Constituição assim, entendo que o Presidente tem elementos de raciocínio de que eu não disponho. Mas acho que seria realmente muito difícil estabelecer um governo com base numa Constituição dessa natureza".

Arinos atribuiu o anteprojeto imperfeito ao ato de, pela primeira vez na história brasileira, uma Constituinte estar trabalhando sem um texto prévio. Ou, pelo menos, de um roteiro inicial. Ele admitiu francamente que esse texto inicial poderia ser o projeto elaborado e aprovado no ano passado pela chamada "Comissão Afonso Arinos". Segundo o senador, o texto continua válido e poderia ser apresentado ainda agora. Mas explicou que não pretende tomar nenhuma iniciativa nesse sentido, por achar-se tolhido pela condição de presidente da Comissão de Sistematização.

Ele finalizou dizendo que não concorda com o anteprojeto apresentado na última sexta-feira pelo deputado Bernardo Cabral, mas que a responsabilidade não é do relator. Lembrou que Cabral trabalhou exclusivamente sobre textos recebidos das comissões temáticas, sem poder modificá-los.

Liberdade de Imprensa

EDGAR LISBOA

No momento em que recebiam os anteprojetos das comissões temáticas, no dia 15 deste mês, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, confessava aos jornalistas que, na sua opinião, seriam três os pontos mais polêmicos que deveria enfrentar: a duração do mandato presidencial, a definição do sistema de governo e a questão da comunicação.

Não há dúvida de que os itens que têm relação direta com os meios de comunicação serão motivo de grandes debates dentro da comissão e depois já na votação do texto constitucional. Isso porque as implicações entre a vida do homem e os meios de divulgação têm hoje um nível jamais atingido na história da humanidade.

A vida em nossos dias é inconcebível sem a presença de jornais, emissoras de rádio e televisão, livros e filmes. Diriamos mais: os conceitos de liberdade, dignidade e participação política, hoje firmemente consagrados, foram conquistados, sem dúvida, graças aos meios de comunicação, modernos e eficientes, onde se travam as grandes polêmicas ideológicas e filosóficas dos nossos tempos.

Por isso, acreditamos que a liberdade de imprensa é realmente um dos pontos nevrálgicos da Constituição que está sendo escrita. Qualquer avanço ou retrocesso neste setor terá profunda repercussão na vida nacional. E disso, temos certeza, os constituintes estão conscientes.

Parece-nos, porém, que nas comissões temáticas uma série de iniciativas — em geral bem intencionadas — coloca em risco este conceito já estabelecido na Carta atual ao impor certas exigências que, na verdade, são matérias para serem detalhadas posteriormente na legislação comum.

Tomemos como exemplo o anteprojeto da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. No seu artigo 3º, estabelece que "é assegurado a todos o direito de resposta a ofensas ou a informações incorretas" e que "a resposta far-se-á nas mesmas condições do agravo sofrido, acompanhada de retratação".

O texto, na nossa opinião, não se detém no princípio básico, que seria assegurar o direito de resposta. Ao partir para a abordagem da forma em que tal direito será exercitado, os constituintes estão avançando a um nível de detalhes, que não se concebe num texto constitucional, que deve ser enxuto, que deve apenas consagrar os princípios fundamentais.

Outra grave ameaça à comunicação, em especial ao jornalismo investigativo, aparece embutida no trecho que se refere "à liberdade de manifestação individual de pensamento, de princípios éticos, de convicções religiosas, de idéias filosóficas, políticas e de ideologias, vedado o anonimato e excluídas as que incitem à violência e defendam discriminações de qualquer natureza". Ao impedir o anonimato, o texto simplesmente limita com o sigilo de fonte, que tem sido o meio utilizado pelos jornalistas para denunciar os grandes escândalos, políticos ou financeiros.

Sabemos que, ao se proteger no sigilo, os informantes querem apenas evitar represálias dos grupos que denunciaram. Os meios de comunicação, no entanto, não se furtam à responsabilidade, pois no caso de reação dos acusados o jornal assume a autoria da denúncia, seja através de seus reporteres ou de seus editores.

Segundo na análise deste mesmo texto, veremos que no momento em que se exclui a liberdade de expressão pronunciamentos que incitem à violência e defendam discriminações "o que se está fazendo, no fundo, é criando um novo tipo de censura. Uma censura que vai se transformar num instrumento de exceção, semelhante aos nossos conhecidos de anos recentes, quando o censor de plantão decidia o que era bom ou não para toda uma nação.

A Constituição, repetimos, deve ser limpa, geral, profunda. Não pode entrar em certas sutilezas que podem nos levar a um retrocesso, como é o caso, pois não se sabe quem será o unguido que julgará quais os pronunciamentos que incitem à violência ou que incitem formas de discriminação.

Edgar Lisboa é Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais